ATA N.º 02/2025

SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----------Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, após interrupção, no dia vinte e oito de abril corrente, ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do senhor Geraldo Tavares Campas, primeiro secretário da Assembleia Municipal, em substituição do senhor Presidente da Mesa, e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Afonso Portugal Ferreira da Silva, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, Jorge Fernando Silva e Sousa, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, José Maria de Oliveira Ribeiro, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Alda Duarte Portugal, e ainda os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Mansores, Moldes, S. Miguel do Mato, Tropeço, das Uniões de Freguesias de Arouca e Burgo, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde.----------

----------Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves e Vítor Carlos Costa Carvalho. ----------

----------Faltaram os senhores Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, Francisco José da Costa Ferreira, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jonathan Gonzalez Y Ribeiro, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Maria de Fátima Rodrigues Fonseca, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Rossas, Várzea, Fermedo, Santa Eulália e União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às vinte e uma horas e quinze minutos e depois de cumprimentar todos os presentes deu início aos trabalhos, passando de imediato à continuação do ponto 2.3. da ordem de trabalhos.----------

----------2.3 – DIVERSOS: ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Sousa**, que depois de cumprimentar todos os presentes, felicitou a Câmara pela obra do Parque da Saúde de Arouca e referiu que este é um investimento importante para a saúde dos arouquenses. Referiu, ainda, a requalificação da Unidade de Saúde de Chave e que aguarda pela requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Escariz. Ainda sobre o tema da saúde, referiu o início das obras da Quinta do Reguengo e felicitou o município pela Bandeira de Mérito Social pelo projeto do Estaleiro Social. Referiu, ainda, a sessão sobre a violência no namoro que considerou que foi muito relevante, assim como todas as outras ações para a comunidade jovem. Falou, também, sobre a abertura do procedimento para a empreitada da construção da via de ligação do Rossio ao nó de Escariz. Deu nota do relatório do Instituto Nacional de

Estatística que demonstra que nunca trabalharam tantas pessoas nas empresas em Arouca, sendo um sinal de vitalidade, investimento e confiança na marca Arouca, e parabenizou os empresários, os trabalhadores e o município. Deu nota, também, de que o rendimento bruto de quem vive em Arouca aumentou 26% entre 2018 e 2022, e que Arouca recuperou o rendimento médio em relação a praticamente todos os outros municípios da AMP. Referiu o estudo do Portugal City Brand Ranking, que atribui uma nota de destaque ao município de Arouca na subida do ranking norte e nacional, sendo que Arouca subiu mais de 50 lugares de há 10 anos para cá. Quanto ao tema da água, relembrou a Assembleia de junho de 2011 quando foi discutida a necessidade da gestão da água e saneamento passarem a ser uma parceria, e onde o senhor Óscar Brandão concluiu a sua intervenção dizendo que o PSD apoiava a opção. Relembrou, também, o discurso do Presidente da Junta de Freguesia do Burgo, eleito pelo PSD, referiu que não devia ser adiada a decisão, porque a água e o saneamento eram demasiado importantes para as freguesias. Mais tarde, em dezembro de 2012, o PSD teve mais questões e decidiu abster-se na votação. Pediu, ainda, ao PSD Arouca que apresentasse a proposta para baixar o preço da água. Felicitou a Quintãs Equestrian Centre, a Sportarc e o Futebol Clube de Arouca. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu não ter nada a acrescentar. ----------

---------- De seguida, interveio o senhor **Óscar Brandão**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que a visão que o senhor Pedro Sousa trouxe sobre a água era seletiva e que este foi um processo longo, e que, o PSD em Assembleia Municipal e os vereadores do PSD votaram contra e acrescentou que numa próxima Assembleia irá discutir mais a fundo esta problemática. Sobre o Caminho de Rossas, referiu que a sessão anterior deixou vários pontos por esclarecer, manifestou a discordância com a forma como o município tentou passar as responsabilidades para a Junta de Freguesia de Rossas, e recordou que a intervenção que foi feita foi obra do município. Referiu, ainda sobre o assunto, que considera preocupante que o município se tenha salvaguardado com "acordos de palavra", e que tenha falhado ao não resguardar o interesse público com os instrumentos jurídicos existentes. Reafirmou que os munícipes de Rossas merecem uma solução definitiva e respeitadora dos seus direitos e pediu que o município assuma as responsabilidades. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que, depois de cumprimentar todos os presentes, e antes de responder ao senhor Óscar Brandão, deu nota de que desde o primeiro momento que o município acompanhou o apagão de forma estreita, tendo ativado o plano municipal de emergência e proteção civil que foi desativado no dia seguinte. Referiu que as maiores preocupações se centraram nas IPSS, na manutenção do acesso aos cuidados de saúde, na comunidade escolar e nos idosos, tendo havido uma articulação entre todos, de forma a garantir os meios necessários para o funcionamento dos serviços e cuidados essenciais. Acrescentou que existiu, também, a preocupação de monitorizar o abastecimento

de água. Agradeceu a todos os arouquenses pelo modo sereno como agiram e a todos os que estiveram na linha da frente – os Presidentes das Juntas de Freguesia, os Bombeiros Voluntários de Arouca, a GNR, a Autoridade Sub-Regional de Proteção Civil da AMP, os dirigentes da IPSS e da Saúde, os diretores dos Agrupamentos de Escolas, o Coordenador Municipal da Proteção Civil e todos os colaboradores que integram a equipa municipal da Proteção Civil. Relembrou, quanto ao caminho de Rossas, que o município sabe as suas responsabilidades e as suas competências. Referiu que, no ofício enviado à senhora Presidente da Junta, o município mostrava-se disponível para voltar a discutir a questão, mas reiterou que é um caminho que é da competência e da responsabilidade da Junta de Freguesia. ----------

----------Interveio o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Chave, **José Luís Fevereiro**, que depois de cumprimentar todos os presentes, e relativamente ao tema do saneamento, relembrou a sua declaração de voto aquando da adesão à empresa intermunicipal, onde se abstinha para que a medida passasse, porque apesar dos custos, o saneamento foi feito e isso foi o mais importante. Quanto aos sistemas de Educação e Saúde, quis relembrar que estes sistemas são para todo o território e são para todos. Relativamente à requalificação da Unidade de Saúde de Chave referiu os melhoramentos e referiu que estes são para todas as pessoas e não apenas para os habitantes da freguesia. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu não ter nada a acrescentar. ----------

----------Interveio, de seguida, o senhor **Afonso Portugal**, e recordou as intervenções relativas às despesas correntes da Câmara Municipal e ao Auditório Municipal, e quanto a este último, referiu que irá ser contra a sua construção. Pediu, quanto a este último tema e quanto ao tema da água, que o PSD trouxesse à Assembleia Municipal propostas alternativas. Referiu, quanto às despesas correntes, que é de salientar a intervenção do senhor Pedro Sousa quando referiu a transferência de competências do Estado Central para as autarquias. Referiu, também, que a oposição não necessita de esperar que a Câmara apresente as suas propostas e os seus documentos para fazer o mesmo. Relembrou, quanto ao tema da água, que na altura da votação se absteve, apesar de ter tecido duras críticas, porque considerou que o interesse maior era o dos munícipes. Pediu à senhora Presidente da Câmara que esclareça qual a utilização, a nível de ocupação e o que se faz a nível cultural, ao longo de um ano do auditório da Loja Interativa de Turismo, que justifique a construção de um novo, que se faça um estudo comparado com o que já existe e que se apresentem os custos, para o que vão servir, qual o seu custo de manutenção anual. Apresentou, ainda, várias críticas à construção do novo Auditório Municipal, referindo que não existe, em Arouca, tradição de cinema e de teatro. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu não ter nada a acrescentar. ----------

---------- Interveio, por último, o senhor **José Maria Ribeiro**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu a falta de ar condicionado no edifício da Câmara e em vários outros edifícios, o que demonstra uma desvalorização das condições básicas de trabalho, falta de planeamento e falta de respeito pelos colaboradores. Questionou a senhora Presidente da Câmara se o Executivo tem algum plano concreto para a instalação de ar condicionado nos edifícios municipais e, se sim, para quando está prevista a sua execução. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que não admite que o membro da Assembleia fale de falta de respeito pelos colaboradores quando não conhece a realidade e pediu que o membro concretize o que disse sobre a falta de respeito pelos colaboradores. Referiu ainda que tem muito respeito e muito cuidado por todos. Quanto ao ar condicionado, referiu que está a ser desenvolvido um projeto de ampliação do edifício da Câmara Municipal e um projeto da colocação de ar condicionados, estando o Executivo a tentar compatibilizar ambos. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **José Maria Ribeiro** para defesa da honra, que referiu que, a senhora Presidente da Câmara para dar lições de moral deveria olhar para as suas próprias intervenções, sendo que, ainda na última Assembleia foi várias vezes indelicada com os membros do PSD. Referiu, também, que a senhora Presidente tem de aceitar as ideias dos outros. ----------

---------- 3.2 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, tendo esta assinalado algumas das atividades do município nas várias áreas, tais como: a requalificação da Unidade de Saúde de Chave, o início da obra do Parque da Saúde de Arouca, o arranque da obra na Quinta do Reguengo, arranque da empreitada do Casarão da ESA, a obra da Biblioteca Municipal, obras de parceria de expansão da rede de água em Fermedo e São Miguel do Mato, a aprovação do PDM, a Bandeira de Mérito Social pelos projetos Dar Mais Vida à Aldeia e Botar as Cantas, início da 5.ª Edição do Orçamento Participativo, a habitação na Quinta do Cerrado e Santa Maria do Monte, a atribuição das Bolsas de Estudo, os projetos de ampliação dos Complexos Desportivos de Arouca e Escariz, o projeto de Rio de Frades. ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho**, que depois de cumprimentar todos os presentes, elogiou o relatório pela forma como foi conseguido e agradeceu aos serviços a sua elaboração. Criticou o documento por pecar por excesso de promoção institucional e défice de avaliação crítica, e que a sua linguagem é marcada por um tom laudatório que impede uma reflexão séria sobre os reais desafios, dificuldades e insuficiências da governação. Referiu que não basta enumerar as ações, é necessário medir, monitorizar e fiscalizar os resultados, analisar impactos, avaliar a eficiência das políticas publicas e assumir responsabilidades. Referiu a ausência de

uma visão estratégica global para o concelho, com intervenções dispersas, redundantes, desarticuladas entre si e algumas encontram-se em fases muito preliminares. No domínio cultural e educativo, saudou os projetos de Dar Mais Vida à Aldeia e Botar Cantas nas Escolas, mas referiu que se nota a ausência de um plano estratégico municipal a longo prazo, porque são projetos pontuais sem garantias de continuidade. Assim, referiu que o relatório mostra que o executivo se guia por candidaturas e financiamentos disponíveis e não com uma visão transformadora de futuro para o concelho de Arouca, deu os exemplos da página 48 e página 77, e pediu que a senhora Presidente possa trazer a justificação do método utilizado para as pombas e os números de visitas nas infraestruturas turísticas do período homologo. Exigiu mais planeamento claro, com prioridades mais bem definidas e programadas publicamente, mais transparência nos resultados, quantas pessoas beneficiariam das políticas públicas, quanto custou, que impactos tiveram na comunidade, mais coesão estratégica, mais responsabilização política pelos atrasos, falhas de execução e descoordenação interna. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que sugeriu que a senhora Fátima Pinho visse o Plano Estratégico de Arouca 2030 que foi aprovado na Assembleia. Discordou da intervenção e referiu que o documento espelha estratégia, visão, atividade, ação e dinamismo. Concordou que o município deve sempre fazer mais e melhor. Referiu que a ação tem sido eficaz. Quanto à questão das pombas, referiu que o município combateu e diminui a praga. ----------

----------Voltou a pedir a palavra a senhora **Fátima Pinho**, que pediu os números relativos ao combate e diminuição da praga das pombas. Fez, por fim, um requerimento à senhora Presidente e à Mesa, pedindo o relatório da 1.ª medida do combate aos pombos. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que irá responder com os dados que tiver ao pedido feito. ----------

----------Interveio de seguida a senhora **Alda Portugal**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que é sempre importante a transparência e isso passa pela informação e o resultado prático das medidas implementadas. Colocou o mote de melhoramento de informação do relatório com mais dados para uma melhor avaliação, ponderação e ajuizamento. Quanto à obra de requalificação na casa principal da Quinta do Reguengo fez um enquadramento histórico, e referiu, que já por diversas vezes tinha sido reforçada a necessidade de investimento na propriedade e, por isso, referiu que está feliz com a notícia. Mas deixou algumas questões, quanto ao tipo de candidaturas, referiu que a abertura precoce das candidaturas não é boa pois esta pode, até, atrasar o acesso efetivo ao apoio para quem realmente necessita, e levar a um sobrecarga dos serviços com a análise dos processos. Quanto ao tipo de utentes, questionou de que tipo de episódios de saúde mental se fala, quem são os destinatários do que é designado por vulnerabilidade social, quem vai fazer a seleção e se já existe uma equipa de seleção alocada, se irá incluir alojamento dos utentes ou se funcionará apenas durante o dia. Quanto

ao modelo de Gestão, questionou que modelo de gestão será adotado, quais as fontes de financiamento da manutenção das infraestruturas e dos equipamentos e se já existe um plano para o quadro de pessoal. Por fim, questionou, ainda, se apenas será intervencionada a casa principal, se depois da obra o local ficará em condições para ser utilizado e qual o plano concreto do executivo para garantir a sustentabilidade destas iniciativas a médio e longo prazo quando o financiamento externo cessar. Quanto à consignação da empreitada da requalificação do Casarão da ESA, referiu que esta é uma iniciativa interessante e fundamental para a formação de crianças e jovens, e que o projeto poderá tornar a escola numa referência e, por isso, congratulou a medida. Quanto ao Anexo 5 – Gabinete de Inserção Profissional, referiu que há a necessidade de uma maior transparência e uma comunicação mais clara, não devendo o município apenas apresentar os números brutos, mas explicar o que significam em relação à realidade do município. Assim, questionou, quais as necessidades identificadas pelo tecido empresarial local, quais os grupos populacionais com maiores dificuldades de acesso ao emprego e à formação e quais os setores de atividade com mais carência. Referiu, também que as iniciativas como o "Estaleiro Social" e a futura "Quinta Social Inclusiva" são meritórias, mas serão necessários mais dados concretos que comprovem os benefícios, e questionou quantos cidadãos foram apoiados, quantas reintegrações sociais foram bem-sucedidas e que melhorias tangíveis na qualidade de vida foram alcançadas. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que a transparência é fundamental, sendo este o princípio que o executivo tem seguido. Referiu, também, que há coisas a melhorar e que irá procurar fazê-lo, mas o primeiro foco é a ação. Relembrou que o relatório de atividades e contas faz o balanço mais concreto. Relativamente à obra da Quinta Dr. Tavares de Almeida – Quinta do Reguengo, referiu que a obra está em curso, sendo uma obra financiada, mas que esse financiamento não cobre a sua totalidade. Referiu, também, que há uma empresa, em prestação de serviços, que está a fazer o levantamento das pessoas que se enquadram no perfil. Referiu que a Quinta não terá alojamento, e que o objetivo é trabalhar as questões da saúde mental e adaptar as pessoas para o mercado de trabalho. Referiu que o município não faz nada sozinho e que o mesmo tem parceiros sociais que irão integrar o projeto. Assumiu que os financiamentos são importantes, mas que o município gera receita e, por isso, tem capacidade para desenvolver projetos. Quanto ao Casarão, referiu que este é um projeto que vai dinamizar as artes, tanto para a comunidade educativa, como para a comunidade em geral. Quanto ao Gabinete de Inserção Profissional, referiu que irá tentar melhorar e disponibilizar mais informação. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, que depois de cumprimentar todos, questionou se existe algum nutricionista a acompanhar as refeições escolares, e referiu que lhe têm chegado bastantes críticas de pais relativamente à qualidade da comida. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que lembrou que a empresa que confeciona as refeições tem o acompanhamento de uma nutricionista, mas referiu que o próprio município também tem uma nutricionista que faz o acompanhamento das refeições escolares. Quanto às queixas, referiu que acha estranho porque existe uma plataforma direta em que os pais podem expor os seus problemas à empresa e à equipa educativa. Mas garantiu que irá verificar as queixas. ----------

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão**, que referiu que entende que a Assembleia Municipal é um espaço de debate democrático, de confronto de ideias, de respeito pela diferença e pela pluralidade, e dirigiu-se à senhora Presidente da Câmara referindo que a liderança política exige humildade e sentido de serviço público, mas que isso não se denota na senhora Presidente, assistindo-se a uma postura de superioridade moral face a todos os que ousam discordar ou apresentar alternativas. Referiu que numa democracia saudável não pode haver espaço para desprezo subtil ou apontar o dedo aos membros da Assembleia, e que os membros da Assembleia da oposição são tão legítimos de representar o povo de Arouca como a senhora Presidente da Câmara. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que a Presidente tem respeito, humildade e sabe o que é respeitar o serviço público. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que referiu que numa das últimas reuniões do executivo foi à votação a proposta de alteração do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Arouca, quanto a isto, salientou que esta proposta já tinha sido apresentada pelo PSD e restantes partidos da coligação há quatro anos, demonstrando, assim, a importância que é atribuída pelo executivo aos membros da corporação dos bombeiros, uma inação completa por necessitarem de quatro anos para essa alteração, e que, ao fazê-lo agora é apenas uma mera ação eleitoralista. Quanto ao Regulamento em concreto, referiu que existem apenas pequenos avanços, como o aumento da comparticipação para a aquisição da habitação e a criação de um subsídio anual baseados nos anos de serviços, onde ficam de fora várias propostas feitas pela oposição, e deu o exemplo: não foram incluídos os bombeiros do quadro de honra, não foram ajustados os horários de utilização das instalações dos complexos desportivos de Escariz e Arouca, bem como a participação gratuita nas diversas atividades existentes nos mesmos, nas atividades desportivas e culturais a gratuitidade limita-se às promovidas pelo município, não contempla a isenção de IUC, não inclui a isenção de refeições escolares para os filhos, e não inclui a isenção de IMI a 100%. Conclui, assim, que estas mudanças não são suficientes. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que agradeceu ao membro por ter elencado um conjunto de regalias e referiu que o município de Arouca é um dos municípios que tem um Regulamento de Apoio aos Bombeiros e que este irá estar em consulta pública brevemente. Referiu que foi criado um novo apoio para estimular a manutenção do voluntariado. Referiu que algumas das propostas apresentadas pela oposição não são possíveis legalmente. Por fim, informou que o

município está a financiar duas equipas de intervenção permanente, disponibilizou-se quando os bombeiros necessitarem de uma terceira EIP. ----------

---------- 3.3 – SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CORREÇÃO MATERIAL: -------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** explicou que foi detetado pela CCDR um lapso no Regulamento – n.º 5 do artigo 8.º do PDM e outro nos anexos do documento. E referiu que, aproveitando esta correção material, se fez, também, uma clarificação quanto aos aglomerados rurais, fruto de um parecer jurídico externo para que não houvesse dúvidas. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, que referiu, no âmbito da 2.ª Revisão, que o PDM deveria ser um verdadeiro instrumento de desenvolvimento estratégico, com uma visão clara e integrada do futuro do concelho, mas este é marcado por três fragilidades: rigidez normativa, falta de ambição e fragilidade jurídica. Referiu, também, várias anomalias com a REN e o ofício da CCDR-Norte, que implicaram reclassificações de solos de rústicos para urbanos sem o acompanhamento e a aprovação da entidade competente. Quanto à proposta de alteração ao artigo 39.º, referiu que compreende e aceita a correção do artigo 8.º e do erro no Anexo IV, mas referiu que a mesma lógica não se pode aplicar ao n.º 2 do artigo 39.º, porque esta constitui uma modificação substancial no que diz respeito ao uso do solo nos aglomerados rurais, até porque o n.º 2 elencava taxativamente os usos admissíveis, divididos por seis alíneas, sem margens para interpretação ambígua. Referiu, ainda, que a nova redação entrará em contradição frontal com a alínea g) do n.º 4 do artigo 24.º. E que, sendo esta uma alteração simplificada nos termos do artigo 123.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é obrigatório o parecer da CCDR-Norte, não sendo isto, segundo o artigo 115.º do RJIGT, nenhuma correção material. Quanto ao parecer jurídico externo solicitado pela Câmara, referiu que não o ignora, mas que esse não é vinculativo e não substitui o parecer obrigatório da CCDR-Norte. Criticou o facto de o parecer ter tido um custo relevante para os cofres municipais, quando podia e devia ter sido solicitado, a custo zero, um parecer técnico vinculativo à CCDR-Norte, e a ausência de um parecer interno da Dr.ª Paula Pinto, jurista da equipa técnica no plano. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia e referiu que esta proposta não podia ter sido aprovada como se de uma mera correção se tratasse e que a Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar o cumprimento da legalidade, persistindo várias e sérias dúvidas sobre a legalidade do documento. Por fim, referiu que já que o PDM terá de ser objeto de uma alteração simplificada para resolver o problema da habitação em aglomerados rurais, recomendou a análise detalhada aos artigos 47.º e 56.º do PDM, que se tenha em devida conta a Portaria 75/2024, de 29 de fevereiro. Por fim, referiu que Arouca precisa de habitação, mas também precisa de regras claras, coerente e legalmente sustentáveis. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu, quanto à primeira questão, que discorda porque confia na equipa e este é um documento aprovado em

Assembleia Municipal e nas respetivas entidades. Quanto às alterações após a discussão pública, referiu que estas foram todas ponderadas e foi um parecer conjunto da APA e da CCDR-Norte. Quanto ao art.º 39.º referiu que não há nenhuma classificação do solo, nem qualquer alteração ao uso do solo, e a habitação já está definida no n.º 1 do artigo 39.º bem como na lei geral. Esclareceu que, fruto das dúvidas dos cidadãos, no artigo 39.º apenas se fez um esclarecimento. Quanto à remissão para o artigo 24.º, esclareceu que não há qualquer remissão porque este não se aplica aos aglomerados rurais. Referiu que está a ser dito de forma clara aquilo que é entendimento dos serviços, assim como o parecer sustenta esse entendimento, não havendo qualquer alteração simplificada. Referiu que, se não se considerar que o PDM seja suficientemente claro, pode haver mais clarificação ou correções. ----------

----------Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos**, que referiu que é natural que nem toda a gente partilhe a mesma opinião, no entanto, esclareceu que aquilo que foi a sua intervenção foi aquilo que está exposto nos documentos que foram enviados para análise. Relativamente à alteração do solo, referiu que o artigo 39.º, n.º 2 refere taxativamente aquilo que se pode construir nesse espaço e em nenhuma alínea consta a habitação, já a nova redação para além de colocar habitação, ainda a prioriza, sendo esta uma alteração substancial da utilização dos solos. Quanto ao n.º 1 do artigo 39.º, este é claro, lê-se – enquadramento – logo, tem de refletir o que existe nesses locais, mas não refere que se pode construir nesses locais, apenas que já lá existe habitação. Quanto ao artigo 24.º, referiu que este define os solos rústicos onde se incluem aglomerados rurais. Por fim, referiu que irá fazer uma exposição à CCDR-Norte para questionar e tirar as dúvidas. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que foi clara na intervenção anterior, mas relembrou que foi um documento aprovado pela Assembleia Municipal. ---- ----------

----------Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos**, que referiu que o documento não foi aprovado por si. ---

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão**, referindo, quanto ao PDM, que o PSD votou contra o mesmo, por não se rever em várias questões. Referiu que esta correção confirma aquilo que o PSD já tinha identificado, o texto aprovado apresenta redações ambíguas, suscetíveis de interpretações contraditórias e geradoras de insegurança para quem vive, investe ou pretende construir em Arouca. Quanto ao artigo 39.º referiu que esta foi uma das questões centrais da posição do PSD, e que esta clarificação pretende dar resposta à incerteza criada pela versão anterior, onde o uso habitacional não era assumido como dominante nos aglomerados rurais. Quanto ao parecer jurídico, referiu que o simples facto de ter sido necessário recorrer a esse parecer prova que a norma não era clara nem acessível e que gera dúvidas. Assim, referiu que este episódio levanta duas questões sérias, se o PDM foi aprovado com normas cuja interpretação depende de pareceres jurídicos externos, como se espera que o cidadão comum ou os serviços municipais atuem com segurança e previsibilidade. E a clarificação é

apresentada como "não alterando o conteúdo material", mas o impacto prático da nova redação é real. Referiu, também, que se mantêm as limitações aos destaques e loteamentos nos aglomerados rurais, ignorando-se práticas tradicionais, nada se altera quanto às zonas urbanas C1 e a limitação de pisos nas zonas industriais continua por explicar, contrariando-se a lógica de dinamização económica. Por fim, referiu que o documento é marcado por rigidez normativa, fragilidade na redação legal e uma falta de ambição global, e que a correção é positiva na forma, mas insuficiente no conteúdo. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu nada ter a acrescentar. ----------

---------- De seguida interveio o senhor **Afonso Portugal**, que referiu que não se está a discutir o PDM porque este já foi aprovado. Leu o comunicado da CCDR-Norte para a Câmara Municipal, e esclareceu, na sua perspetiva, o porquê de se estar a fazer esta correção material. Quanto ao artigo 39.º, n.º 2, referiu que não concorda com as interpretações jurídicas das alterações do mesmo artigo e, por isso, leu o artigo 39.º, e esclareceu que as alterações não têm relevância jurídica, mas sim um esclarecimento que é necessário para os cidadãos. Assim, esclareceu que, além da possibilidade habitacional que está no n.º 1, vem o n.º 2 dar taxativamente outras possibilidades. Para além disso, referiu que, na maioria das vezes, são necessárias estas alterações e esclarecimentos, que não são alterações substanciais. Quanto ao artigo 24.º, referiu que este não tem nada a ver com o artigo 39.º do documento. Quanto ao parecer, referiu que estes devem ser pedidos sempre que haja dúvidas a especialistas e que é normal que estes tenham custos. Por fim, referiu que não se deve considerar esta alteração como uma correção material, mas sim como um item interpretativo. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu nada ter a acrescentar. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos** ainda sobre este ponto, e referiu que concorda com as duas alterações materiais com as quais a CDDR-Norte também se pronuncia. Referiu, também, que mantém a sua opinião e a sua interpretação quanto ao artigo 39.º, e que estranha que se peça um parecer jurídico externo quando se podia pedir um parecer à CCDR-Norte vinculativo e gratuito. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu nada ter a acrescentar. ----------

---------- Solicitou a palavra o senhor **Rui Vilar**, que requereu à mesa a gravação em vídeo da última Assembleia e alertou que a Assembleia é transmitida via rede social Facebook e que passado 90 dias os vídeos em direto são apagados. ----------

----------De seguida, interveio o senhor **Afonso Portugal**, que questionou se aquilo que o documento que foi assinado inicialmente era para a transmissão da Assembleia ou se haverá a possibilidade de cedência da gravação. ---- ----------

----------Em seguida, interveio o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, **Geraldo Tavares Campas**, quanto ao ponto da ordem de trabalhos, referiu que subsistem dúvidas sobre se esta será uma correção material, sobretudo no que diz respeito ao artigo 39.º, assim, sugeriu que na comunicação que se fará à CCDR-Norte para a referida correção material, seja solicitado um parecer jurídico relativo à questão do artigo 39.º, ficando o procedimento a aguardar por este parecer. ----------

----------Voltou a intervir o senhor **Afonso Portugal**, que referiu que a Câmara só tem de dar conhecimento.

----------APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------

----------Posta à votação, por braço no ar, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----------E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 24 horas. ----------

----------Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo.----------